



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: GOULART

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 21-09-13

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Bom dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da 7ª Audiência Pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2013, tendo por objetivo expor, debater e encontrar soluções administrativas e jurídicas a respeito da regularização fundiária e habitação população na cidade de São Paulo.

O referido tema foi tratado nos seguintes projetos de lei: PL 484/2013, de autoria do Vereador José Américo, que disciplina a remoção das ocupações de cunho habitacional realizadas em áreas públicas do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 929/2013, de autoria do Vereador José Américo, que declara de utilidade pública municipal para fins de moradia popular uma área de terra situada na Rua C, atual Quarto Centenário, Lote 89, da Quadra K, do Núcleo Itaim do Distrito de São Miguel Paulista.

PL 445/2013, de autoria do Vereador José Américo, que altera o artigo 2º da Lei nº 15.720, de 24 de abril de 2013, que regulamenta a regularização fundiária de interesse social do Município de São Paulo.

Esta audiência foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, no jornal *O Diário de São Paulo*, no dia 18 de setembro, e no jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 19 de setembro de 2013.

Quero convidar para participar da Mesa a Sra. Adriana Neves Silva Morales, Subpreteita do Itaim Paulista; e dos Srs. Américo, Presidente da Casa e proponente dos projetos; Ruth Clemente, do SEHAB, coordenadora da regularização fundiária; Candelária Reis, da SEHAB, Divisão da Regularização de Áreas Públicas; Lilian Rodrigues, encarregada da área social da Sabesp; Dalcides Neto, Central de Entidades Populares; Sueli, da Cooperativa SOS Moradia; Jairton Santos de Lima, assistente parlamentar do nosso Vereador José Américo.

Registro, ainda, as presenças do Srs. José Nogueira, assessor do Deputado Paulo

Teixeira; Cazuza, da Associação Parque Veredas; Celso, da Associação Vila Curuçá; Dionísio, do Movimento de Moradia; Sueli; da Associação Encosta Norte; Adilson, da Associação Vila Curuçá; Iraci, da Cidade Nova São Miguel; Luís Roque, advogado e chefe de gabinete do Vereador José Américo; Roberto Valência, jornalista da *Folha Leste*, Laurentino Ramos, da Associação Vila Valdeci; Berenice, da Associação do Jardim Miriam III; Stênio, da Associação Vila Nova Curuçá; Vanderlei, Movimento de Moradia; Jones, da Associação Santana do Agreste; Ronei, da Associação Vila Curuçá. (Palmas)

Antes de começar os trabalhos, peço àqueles que gostariam de se manifestar, falar alguma coisa sobre os projetos, que se inscrevam aqui com o André.

Passo a presidência ao Vereador José Américo, para que conduza os trabalhos e discuta os projetos desta audiência pública com vocês.

- Assume a presidência o Sr. José Américo.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Obrigado, nobre Vereadora Sandra Tadeu. Agradeço, na sua pessoa, a Comissão de Constituição e Justiça, por ter concordo em realizar essa audiência pública *in loco*, aqui na região. A nobre Vereadora Sandra Tadeu, além de ser minha amiga, é uma pessoa extremamente comprometida com a causa popular na nossa cidade, com a causa do povo da zona Leste, da zona Norte. É uma pessoa que tem um trabalho muito profundo na defesa de diversas causa sociais: da população mais carente, do movimento de moradia, da saúde. A nobre Vereadora Sandra é médica. Anteontem, estava na inauguração de uma UBS no Jardim Maringá. Então me sinto bastante feliz de ter a Sandra conosco. Quero também agradecer à Subprefeita do Itaim, por recepcionar esta audiência pública. E agradeço a todos vocês, às lideranças presenças, muitas das quais eu conheço, que são pessoas comprometidas com a luta da moradia na cidade de São Paulo.

Nós, o novo governo, o do Prefeito Haddad, tem colocado como uma de suas prioridades de governo a moradia. Nós entendemos moradia como um conjunto de iniciativas voltadas para garantir o direito à casa própria, ou à viabilização da casa que as pessoas já

possuem. Moradia significa novas casas, novas unidades habitacionais, mas significa também a regularização fundiária e a urbanização de favelas, ou de moradia precárias, que é capaz de resolver o problema de moradia de muito mais gente do que criar novas unidades habitacionais. Há milhares de famílias em São Paulo que vivem em moradia precária, e, com um projeto de urbanização e regularização, é possível resolver o problema de 60-70% das pessoas, sem tirá-las do local onde elas já estão. Cabendo, para projetos habitacionais de moradias novas, os 30-40% que eventualmente estão em área de risco ou em áreas não regularizáveis. Então uma política de moradia que combine essas duas coisas é a política de moradia ideal, porque vai permitir resolver o problema – não de 50-60 mil famílias, como é o compromisso do Prefeito Fernando Haddad, de construir 55 mil novas moradias, em parceria com o Governo Federal, em parceria com o Governo Estadual, CDHU, etc., mas você vai conseguir, pelo menos, ajeitar a moradia de pelo menos mais 200 mil família para o plano de metas.

Então imaginem a extensão que é uma política de regularização e urbanização benfeita. Temos exemplos, na cidade de São Paulo, de urbanização, de regularização de moradias no local onde as pessoas moram, que são muito bons, excelentes. Temos um caso que começou com a Prefeita Marta, e foi concluído no Governo do Prefeito Kassab: a urbanização da Vila Nilo, no Jaçanã, que fica às margens da Fernão Dias. São 500 famílias, e é algo primoroso. Lembro-me de quando começou. Deviam ter 600-650 famílias, dos quais 150 tiveram que ir para um projeto de moradia fora, mas 500 puderam solucionar o seu problema ali mesmo, perto de onde as pessoas já escolheram para morar, perto de escola, perto de uma série de coisas. As moradias ficaram de muito boa qualidade e nós tivemos a solução do problema. Além disso, evidentemente, é fundamental que a gente construa novas habitações. Em São Paulo nós temos, hoje, 20 mil famílias retiradas de área de risco e estão no Bolsa Aluguel aguardando novas moradias. Para essas não tem jeito. Vai ter que ter novas unidades habitacionais para elas. Temos muita gente que vive de aluguel para as quais terão de ser

construídas moradias novas para elas. O Neto, que é uma liderança importante do movimento de moradia da zona Leste. Foi o movimento que mais construiu unidades habitacionais nos últimos anos, em projetos com a Caixa, em projetos com o CDHU, em projeto com a Prefeitura. O Neto conhece muito bem isso. São milhares de pessoas que comparecem lá e que vivem de aluguel. Então não tem jeito. O cara tem que buscar uma nova moradia. Muita gente ainda mora no aluguel. Então, gente, o objetivo da política habitacional é esse. O Governo Federal está financiando praticamente toda a regularização e urbanização dessas 200 mil famílias. Ou seja, o Município não está entrando com praticamente nenhum recurso – é o Governo Federal que está financiando, através do Ministério da Cidade. E com relação às moradias, em número de 55 mil, que o Prefeito Haddad se comprometeu, uma parte delas vai ser pelo Minha Casa, Minha Vida, e uma parte pelo CDHU. E tem pelo menos 10 mil que são feitas de forma especial – são produto da Operação Urbana Água Espreada. A Operação Urbana Água Espreada fica na zona Leste, e era uma região que tinha 10 mil pessoas morando em favela, mas uma região, ao mesmo tempo, muito valorizada. Então criou-se um perímetro. E ali, na área muito valorizada, a Prefeitura autorizou construir prédio mais altos, desde que os empresários pagassem por isso. E conseguiu arrecadar 3 bilhões e meio. Vocês acreditam? Lá na Berrini, aqueles lugares lá. Bom, estão sendo financiadas obras de infraestrutura, novas avenidas, transporte, e também a moradia para essas dez mil pessoas. Lá, a moradia vai ser construída, em parte pelo CDHU, em parte pelo Minha Casa, Minha Vida. Mas parte do dinheiro é da Operação Urbana, porque o terreno, pelo menos, já é comprado pela Operação Urbana, e parte do investimento em moradia também pela Operação Urbana. Então o projeto já está viabilizado, já está resolvido. Tem dinheiro, tem projeto, tem tudo. É só uma questão operacional, de localizar os terrenos e construir. Parte das moradias já começaram a ser construídas – já temos mil e poucas entregues, 15%; e 50% dos terrenos já estão comprados, os outros 50% devem ser comprados até fevereiro do ano que vem. Então, até o final do ano que vem, todas as moradias da Água Espreada vão estar em andamento, entregues ou em

andamento. Temos também 4 mil moradias que vão ser construídas na região Norte e Noroeste de São Paulo a partir da Operação Urbana Água Branca, que será votada na Câmara Municipal, por mim, pela Sandra, por todo mundo, nesta quarta-feira. O pessoal de Perdizes, Pompeia, vai poder construir mais alto, mas vai pagar as moradias da Freguesia do Ó e da Brasilândia. Já falamos em 14 mil, né? E nós temos, junto com o Governo do Estado e com a União, pelo menos mais 20 mil para as áreas de risco – são 35 mil, e mais 20 mil, que a ideia é que sejam construídas em parceria com os movimentos organizados, como, por exemplo, o movimento do Neto e de outros. Isso aí por parte da Prefeitura. O Governo Federal e o CDHU têm uma interface direta com os movimentos e também vão construir mais. Então essa é a política habitacional de novas habitações. E a regularização fundiária e a urbanização para mais 200 mil famílias. Realmente nós vamos ter dado um passo muito grande se nós conseguirmos cumprir essa meta nos quatro anos. É uma coisa sem precedentes na história recente de São Paulo.

Quero dizer, com toda a tranquilidade, e é importante dizer aquilo que é verdade: todos os prefeitos de São Paulo sempre construíram muita moradia, viu gente. Os prefeitos de São Paulo, em geral, fizeram muita moradia. E sem distinção ideológica. O Reinaldo de Barros fez bastante, Olávo Setúbal fez, Maluf fez, a Luiza Erundina foi a que mais fez, a Marta fez bastante. O Pitta não fez muito, mas fez também: em torno de 20 mil. O Governo Serra e o Governo Kassab praticamente paralisaram a política habitacional municipal e entregaram para o Governo do Estado, que cuida do Estado como um todo. Então, na verdade, ficamos sem uma participação do Município. Só para vocês terem uma ideia: em quatro anos, o Pitta, que foi o que menos fez, fez 20 mil em quatro anos. Serra e Kassab, juntos, em oito anos, fizeram 16 mil habitações novas. Eles simplesmente não se preocuparam com isso, deixaram para o CDHU. O próprio CDHU e a Secretaria Estadual de Habitação pressionava, junto com os movimentos, para o Município entrar. E o Município não entrou. Então pode. Inclusive, eles eram do PSDB, tal. O Dr. Lair, com a gente, quando era Secretário. Pressionavam o Município,

e o Município não entrava, principalmente no Governo Serra, que não tinha nenhuma preocupação com isso.

Enfim, desses projetos que eu estou apresentando, e já vou concluindo, o PL 445 resolve um problema legal. Porque o Minha Casa, Minha Vida, do Presidente Lula, a gente conheceu como Minha Casa, Minha Vida, porque é financiamento. Mas tem uma parte que fala de regularização fundiária. Esse projeto fixa que até 2007 todas as moradias precárias, não regularizadas têm direito à regularização, inclusive e principalmente em áreas públicas e até mesmo em área de preservação ambiental. Essa lei desburocratiza todo processo de regularização. Ela resolveu o problema, por exemplo, das moradias próximas das represas Billings e Guarapiranga, lugares em que havia impasse, não podia retirar, mas não tinha como regularizar. Também em beira de córregos porque há cabeças de bagre, bagre é aquele peixe que tem boca grande, mas cabeça pequena. Então têm cabeças de bagre que inventaram uma história que ninguém pode morar 15 metros da margem dos córregos. Esquecem que isso é para novas moradias de projetos habitacionais, mas quem já está, não pode estabelecer assim, caso contrário, teríamos de mudar São Paulo.

Um dia, debatendo com um sujeito em Sehab – depois digo quem era – disse: vamos tirar o Córrego do Sapateiro, que passa por Moema, tirar a sua canalização e deixar a céu aberto. Os ecologistas hoje dizem que é importante deixar aberto. Vamos fazer isso em Moema, vamos trazer um cheirinho para a região. Depois, 15 metros de cada lado vão ter de sair, serão retirados vários prédios! (Risos)

É óbvio que temos de guardar na área urbana os 15 metros, mas em novos projetos. Quando se constrói em mutirão, óbvio que se conservam os 15 metros, claro, até mais. Agora, para quem está morando, vai regularizar? Tem de canalizar o córrego, de repente, fazer canalização subterrânea, em muitos lugares terá de trombar com os ecologistas e fazer construção subterrânea e vai ter que fazer! Caso contrário, a minha proposta é abrir o Córrego do Sapateiro. Depois pegamos um ônibus, vamos passear em Moema para sentir o cheirão!

(Risos)

De verdade, quando se faz canalização subterrânea você resolve o problema do lugar. E os ecologistas agora tem uma história de que não pode fazer canalização subterrânea.

Gente, a lei municipal adaptada à lei federal quanto a regularizar e urbanizar é para facilitar o trabalho que o Prefeito Haddad vai fazer na Secretaria de Habitação quanto à regularização e urbanização.

Outra lei que estou apresentando torna de utilidade pública área de 40 mil metros quadrados, na IV Centenário, para efeito de moradia. Desapropria, paga à pessoa e esse terreno vai para moradia e resolve o problema não só das famílias de lá, mas de outras demandas da Prefeitura.

Por último o projeto que fiz cria procedimentos para remoção de famílias em área de risco. Houve banalização da área de risco em São Paulo, com retirada a força de muitas famílias. Não sou engenheiro, livro de Direito ou Engenharia, eu só li “orelhas”. No caso da Engenharia foram poucas “orelhas”.

Quero lhes dizer que o ocorrido nos últimos anos foi altamente discriminatório, autoritário. Claro, se você mora em área de risco, tem que sair. Ok, sou a favor. Mas a lei municipal diz que área de risco tem que ser atestada por laudo assinado por engenheiro, se não, não é área de risco. Chegávamos e dizíamos: quero um atestado assinado por um engenheiro concursado da Prefeitura, caso contrário, pode ser arbitrário. Se o engenheiro assinou, está assinado; ou se um técnico da Defesa Civil assinou, também está caracterizado. Agora, sem laudo não é área de risco. Em primeiro lugar a lei tem de ser cumprida, e a minha lei melhora a já existente.

De outro lado, se as pessoas precisam ser retiradas elas serão remanejadas pelo programa Bolsa-Aluguel, que tem de estar vinculado a projeto habitacional. Tudo bem, o Município pode não ter condições de atender a família em um ano, dois anos, mas a pessoa recebe até sair o projeto habitacional. Quando você é retirado de um local e recebe o bolsa-

aluguel, ele não é só o dinheiro, mas é o vínculo que você tem com a Prefeitura, um compromisso de que vai arranjar um lugar para você morar. Pode demorar, mas é um compromisso. A lei não prevê.

Em alguns momentos, o ano passado, fizemos acordo com a Prefeitura em que houve essa garantia. A Bete França, que era a Superintendente de Habitação, uma pessoa com quem sempre dialogamos, que tinha sensibilidade com relação aos movimentos, ela mesma reconheceu esse vínculo, mas não está na lei. Ela reconheceu, e outro pode entrar no Governo e não mais assim reconhecer. É preciso colocar na lei: a Prefeitura tirou da área de risco, deu Bolsa-Aluguel, a Prefeitura tem de estabelecer compromisso de que, em algum momento – não estabelece prazo - vai dar alternativa de moradia e manter o Bolsa-Aluguel. O que acontecia eram seis meses, mais seis meses, depois rompia. Quem trabalha na área da moradia, independentemente de Governo, a Bete era Superintendente da época do Prefeito Kassab, o Secretário de Habitação era o Ricardo, pessoa com quem tínhamos um bom diálogo, uma pessoa sensível, os dois tinham essa compreensão. Foram esses dois os últimos condutores da política habitacional e tinham essa preocupação, mas não está em lei. O atual Secretário do Prefeito Haddad assim reconhece, mas não está em lei. Precisamos então transformar em lei até para que, quem está governando, possa dizer, é lei e ponto, está resolvido.

Em linhas gerais era isso. Mais uma vez agradeço a presença de todos. Não citei nomes porque já foram pela nossa assessoria.

A Vereadora Sandra Tadeu pede licença, vai para outro compromisso, terá de se retirar. Agradeço então sua presença, nossa amiga, parceira de boas lutas na Câmara Municipal de São Paulo. Peço uma salva de palmas. (Palmas)

Agora passo a palavra para Adriana Neves da Silva Morales, Subprefeita do Itaim Paulista.

A SRA. ADRIANA NEVES DA SILVA MORALES – Bom dia a todos. Quero dizer

que a nossa Subprefeitura está com as portas abertas, é um prazer tê-los aqui.

Saúdo a Mesa, o Presidente José Américo, é um prazer ter a Câmara Municipal de São Paulo na nossa Subprefeitura para tratar de assunto tão importante. Em nossa região temos muitos problemas habitacionais quanto à regularização. É muito importante a participação da população nas audiências públicas.

Aproveito esta oportunidade para lembrá-los, está aparecendo na mídia, em relação ao Conselho Municipal Participativo. As inscrições vão até o próximo dia 7 de outubro. Estamos programando, para a próxima semana, reunião de esclarecimento do que é esse conselho, sobre a importância de elegermos conselheiros da comunidade. Depois encaminho informação de onde será a reunião. É importante a mobilização e a participação da população.

Bom dia a todos. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Tem a palavra o Alcides Neto, liderança importante da região. (Palmas)

O SR. ALCIDES NETO – Bom dia a todos. Acho importante a sua iniciativa, José Américo e da nossa colega Liliam da Sabesp.

Zé Américo, não vou falar do que você está propondo, acho que é muito interessante, mas gostaria de avançar ainda mais. O Haddad propôs construir 55 mil moradias, nós conversamos sobre isso. Acho que o Haddad tem que propor para a cidade, para resolver o problema dos movimentos populares que trabalham com Habitação, fazer uma lei de 20 mil reais. Mandar essa lei para você aprovar, com seus colegas, propondo 20 mil reais para completar, assim como faz a Casa Paulista. São 400 milhões para quatro anos, seriam construídas 20 mil moradias. Esse valor dá 100 milhões por ano, 10% pelo menos que o Kassab e Serra usaram em todos os anos, era 1 bilhão na área da Habitação e a gente não via nada, praticamente. Se forem aplicados 400 milhões, em quatro anos, vocês fazem a lei, você preside a Câmara Municipal de São Paulo, acho que daria. Estabeleceria dar 20 mil para quem se organizar e apresentar projeto. Aprovou, aí pega os outros 75 mil reais do Governo Federal,

do Ministério da Cidade, do FDS e da Casa Paulista mais 20 mil. Hoje, a terra em São Paulo está muito cara. Percebemos porque procuramos terreno para creche, para escola, e estamos tendo dificuldade. Acho que essa proposta daria para resolver.

Outro assunto: recentemente veio um pessoal do Ministério da Justiça com uma proposta para a regularização. Acho que precisaria ter uma lei da Câmara Municipal e fazer convênio para ter em cada subprefeitura. Acho que a política hoje é muito concentrada na Secretaria. Tinha que descentralizar a regularização porque tem muita gente que tem moradia, mas não tem o título e acaba entrando no movimento, e você não tem o papel de polícia. E a Prefeitura então deixa de arrecadar porque o “cara” mora, mas não tem o título. Muitos precisam urbanizar, mas tem local que não precisa nem urbanizar. Você, várias vezes, esteve na CDHU, há conjuntos e mais conjuntos que não está regularizado e o pessoal não paga IPTU. E o Prefeito poderia ser mais ousado, poderia fazer mais de 200 mil regularizações. Em muitos lugares é só dar o título. Agora, se não descentralizar pelo menos nas 32 subprefeituras, não dá. O legal mesmo seria por distrito, mas não está muito claro, parece que São Paulo tem 96 distritos. E se houver essa política daria pra avançar bastante. Sendo engenheiro, advogado para orientar, fazer planta, encaminhar, regularizar, daria para darmos um salto muito maior. Talvez o Prefeito fizesse a maior política de Habitação da cidade de São Paulo!

São Paulo é um caos, grande parte da cidade não está regularizada. Vejo da seguinte forma, duas coisas ousadas. Primeiro, o Prefeito criaria a Casa Paulistana, que ele já propôs, e já existe a Casa Paulista, que é do Estado, com recurso de 400 milhões para os quatro anos. Segundo, um convênio com o Ministério da Justiça – a Prefeitura tem dinheiro, mas pode ser feito esse convênio – para fazer regularização, mas um convênio descentralizado, nas subprefeituras. Em cada uma delas ter um departamento para cuidar, para que as lideranças informem onde não está regularizado porque, ao longo dos quatro anos, da pra fazer bastante coisa. E não parar nos quatro anos, enquanto não regularizar a cidade

inteira não parar!

Um abraço a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Tem a palavra Jailton Lima, nosso assessor da região, a pessoa que nos ajudou a organizar esta audiência pública.

O SR. JAILTON LIMA – Rapidamente, senhores, para realizar esta audiência pública, eu convenci o Luiz Roque, Chefe de Gabinete do mandato do Zé, e o Vereador para que fizéssemos uma prestação de contas quanto aos trabalhos que o Vereador José Américo desenvolve na região Leste. E há muitas coisas a serem feitas, dentre elas a regularização na Vila Curuçá, no Adilson, na Marina. A regularização fundiária na cooperativa SOS Moradia; regularização fundiária na encosta Norte, no Jardim Nélio. No Santana do Agreste, graças a Deus, já está bem encaminhado. Enfim, a regularização fundiária no Conjunto Habitacional lá na Maria... Está aqui hoje o pessoal do Resolo, já foram encaminhados ofícios de todos esses locais. Resta-nos sentar com o pessoal de Resolo, trabalhar, é dificultoso, mas vamos trabalhando devagarzinho para que as coisas aconteçam.

Há uma série de outras demandas da região relacionadas às obras públicas, ao Ilume, etc. A Subprefeita Adriana, o Chiquinho – pessoa que nos atende com muita dedicação e carinho – nos dão suporte. Quem tiver outras demandas, como limpeza de praça, que é o caso do Stênio, do Roni, que depois vão nos dizer como está a situação deles. Vamos marcar um dia, a Adriana fará uma visita. Está aqui o pessoal da Vila Jacuí que quer cobrar um assunto também referente à Subprefeitura de São Miguel, a pavimentação.

O Córrego da Vila Reis, depois de muita luta está no plano de obras. O Jardim Nélia, que foi parar na Imprensa, e houve grande preocupação do Chiquinho, do João Antonio. Nós apresentamos emenda para ajudar na revitalização, na colocação de muro de arrimo no córrego do citado Jardim Nélia.

O ideal é que cada um venha ao microfone, apresente suas demandas. E a Subprefeita Adriana está presente, o que for relacionado à Subprefeitura ela atenderá, visitará

o local, dará uma resposta. E o que for do âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, tenho certeza de que o Zé Américo não deixará de encaminhar. Já encaminhou várias e nós estamos aqui para atendê-los. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Tem a palavra a Sueli. (Palmas)

A SRA. SUELI – Bom dia a todos. Quero agradecer ao pessoal da Mesa, ao José Américo; ao meu pessoal; a Subprefeita, que estou conhecendo hoje, já pedi a ela ofício para a Ilume, para a nossa cooperativa SOS Moradia. Tivemos a ajuda do pessoal do José Américo; a Liliam da Sabesp está sempre acompanhando a nossa SOS Moradia.

Nossa situação é gravíssima na SOS Moradia. Não temos água, ela não é suficiente para todos. Lá é uma luta. Estoura muita mangueira, temos muito gasto com isso. Vaza água, arrumamos direto. Estamos correndo risco de beber água contaminada. O meu pessoal que está aqui sabe da situação. Estamos aqui pedindo socorro para a Prefeitura, para o pessoal da Sabesp e para a Lilian. Pelo amor de Deus, porque estamos correndo risco de morte lá dentro com as águas. Lá não temos esgoto, é fossa e a água passa através da mangueira na rua.

Há muito tempo estou lutando por isso, porque nossa área está penhorada. Com a nova lei fundiária e com ajuda do José Américo, estamos lutando para regularizar nossa área. Por isso, nós, da SOS Moradia, estamos contando com ele, com o pessoal da Prefeitura, da Habitação, da Sabesp, o Chiquinho. Nós queremos agradecer ao pessoal da Ilume, se estiverem aqui também. Pelo amor de Deus, lá, temos risco de tudo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SUELI - Naquela região, estamos como uma pedra bruta. Nós não temos nada a não ser, agora, que está entrando a Eletropaulo, porque até fogo corria nos fios. Estamos com uma expectativa de que, a qualquer momento, a Sabesp venha ajudar. Queremos ter nosso direito, pagar nossa conta de água e de luz, ter endereço.

Graças a Deus e, depois, ao Sr. José Américo, que nos apoiou, assim como o

Jaílson, que foi lá e viu a nossa situação. O que eu corri atrás para conseguir um Vereador de confiança. Gente, foram muitos lá e eu não senti firmeza, mas Deus me encaminhou a pessoa certa.

O pessoal que está aqui também quer agradecer e bater palma para o José Américo e para a Lilian, porque ela deu muita força para nós lá dentro.

- Aplausos.

A SRA. SUELI - É um prazer estar nesse local, em frente à Subprefeita, que não conhecia. Estou muito contente em vê-la. Gente, olha, gostaria que a Subprefeita fizesse uma visita na nossa área para que a senhora visse a nossa situação. Quando chove, o carro não sobe, nem desce, não temos direito nem a uma ambulância, a policiamento lá dentro, porque a chuva faz muitos buracos na rua de um metro. Todo ano temos de pagar a máquina para passar, esse custo é de sete mil reais. Água? São seis mil. Agora que reduzimos os vazamentos, a conta começou a baixar. Fico distribuindo relógio para um lado, para outro. O pessoal do outro lado pega água de Ferraz, que passa pelo córrego.

Então, eu peço, pelo amor de Deus, para o pessoal da Sabesp. Também ao pessoal da Secretaria da Habitação que veja nosso caso, que nos dê força, porque não estamos nos negando a pagar nada. Não estamos. Só queremos nossos direitos. Pagamos IPTU, o colocamos em dia. Tínhamos quase 35 mil de IPTU, arrecadamos e conseguimos pagar. Estamos em dia. Se municipalizar, ótimo para nós. Graças a Deus.

Estamos naquela expectativa. Se o dono ainda quiser um acordo... O José Américo falou que ainda existe uma chance pequena. Vamos aguardar mais um pouco, mas estamos na luta.

Quero agradecer por essa oportunidade. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Obrigado, Sueli. Quero chamar o pessoal da Prefeitura para usar a palavra.

A SRA. RUTH - Bom dia a todos. Sou do antigo Resolo que, hoje, é a

Coordenadoria da Regularização Fundiária. Em nome da Ana Lúcia Callari Sartoretto, quero justificar sua ausência, pois os compromissos se acumularam e ela pediu que a Dra. Candelária e eu viéssemos substituí-la.

Quero cumprimentar o nobre Vereador pela feliz iniciativa no trato das questões da regularização fundiária, que tanto carecem de empenho e de dedicação. Estamos percebendo isso nessa sua iniciativa. Agradecer à Subprefeita Adriana pela acolhida tão calorosa, à equipe e manifestar a alegria, depois de mais de 20 anos lutando na área da habitação, perceber rostos, antigos conhecidos, de tanto tempo e tantos jovens dando continuidade a essa luta.

É muito gratificante para nós e temos certeza de que os resultados serão positivos, especialmente no que diz respeito à dignidade e à melhoria na condição de moradia, de habitabilidade de tantas famílias que carecem da nossa mão, do nosso empenho e do nosso trabalho.

Muito obrigada a todos e parabéns, Vereador. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Tem a palavra a Sra. Candelária Maria Reyes Garcia, Coordenadora da Regularização Fundiária da Sehab.

A SRA. CANDELÁRIA MARIA REYES GARCIA – Queria agradecer o convite, como a Rute disse, em nome da Ana Lúcia que não pôde comparecer e dizer que realmente os projetos do Vereador são importantíssimos para a região e para a Cidade como um todo.

Esse projeto trata da questão do risco, desse compromisso da Prefeitura com as pessoas que são removidas em função disso e a garantia de que elas tenham efetivamente uma moradia. Que esse aluguel seja pago até que consigam ir para essa nova moradia.

O apoio da Câmara Municipal para essas questões de regularização fundiária no Município é fundamental. O Prefeito realmente tem essa meta de 200 mil regularizações e nós da Secretaria de Habitação estamos muito empenhados em cumpri-las e quem sabe até superar essa meta. É a nossa vontade.

Hoje temos um tratamento especial para essas áreas. A Secretaria vem fazendo a

regularização fundiária das áreas que não possuem risco. Então, tomamos o cuidado para que realmente titulemos as áreas e que os moradores possam ficar eternamente com suas famílias ali. Que sejam áreas que não possuam nenhum tipo de prejuízo para os moradores do futuro e possam ser consolidadas.

Fico muito feliz por estar aqui no Itaim, porque tenho um carinho todo especial por essa região. Faço um trabalho com as comunidades desde 2001. Conheço muitas lideranças, o Cazuzo, o Johny. Há outras lideranças que conheço o rosto, mas não me lembro do nome. Então, é um prazer imenso estar aqui.

Adriana, você tem uma população que é realmente muito guerreira. Eles correm, vão atrás, procuram, querem seus direitos e são parceiros. A população do Itaim tem essa característica, são parceiros.

Só tenho que parabenizar essa iniciativa e o Vereador. A Sehab está de portas abertas a todas as comunidades e vereadores. Nós realmente queremos fazer um trabalho de ponta, aproveitar esse empenho do Prefeito nessa questão da regularização fundiária para conseguirmos cumprir a meta, quem sabe até superá-la. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Obrigado, Candelária. Convido a Sra. Lilian Rodrigues, encarregada da área social da Sabesp a se pronunciar. Lilian, a Sabesp é uma companheira muito desejada e próxima.

A SRA. LILIAN – Bom dia. Meu nome é Lilian, por formação sou assistente social, gosto, amo o que faço.

Visitamos todas as áreas irregulares, ou seja, ainda ocupadas com irregularidades e temos feito um trabalho bem próximo à comunidade, tentando ajudar na regularização. Tenho boas notícias para quem mora na SOS Moradia da Sueli.

Quero também agradecer, graças a alguns *e-mails* que temos recebido do Jailton, do Vereador José Américo para que acompanhemos e até chegando à regularização de água e esgoto. Não chegamos ao final dessa história, ainda há alguns entraves quanto ao esgoto da

região. Mas, já está muito adiantado. Recebi notícias do nosso jurídico que leu o projeto de lei enviado pelo Jailton. Disseram que as coisas estão se encaixando e que bem próximo conseguiremos entrar com água e esgoto na SOS Moradia.

Agradeço também ao pessoal daqui da região. Sempre comento nas reuniões de que precisamos dos documentos como xerox, que estão com vocês para entregar ao nosso jurídico, para assim fazer uma avaliação completa da região. Poder dizer com certeza que há risco na regularização. No entanto, o risco muito maior é deixar essa comunidade sem água e esgoto.

Coloco-me à disposição, fico na Sabesp, à Rua Diego Calado. Quem precisar e puder está convidado a tomar um café comigo. Aguardo vocês e a água também. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Agradeço à Sra. Lilian.

O meu projeto de lei, o PL 445/13, que visa adequar a lei de regularização fundiária que consta da Lei Federal Minha Casa Minha Vida para o Município tem como objetivo também ajudar o trabalho da Sabesp. Às vezes, a Sabesp é chamada a fazer um trabalho e não pode, porque a área não está regularizada. Antes de a Prefeitura se manifestar dizendo que a área é regularizável, a Sabesp não pode entrar.

Se há uma lei que facilita a regularização a Prefeitura terá condições de emitir as certidões para a Sabesp e dizer que ainda não está regularizado, mas é passível de regularização. Nessa medida, a Sabesp poderá entrar, o que facilitará para o Resolo nas áreas particulares e emitir aquele famoso laudo do Resolo em loteamento irregular. Se for passível de regularização, a Sabesp atuará e a própria Prefeitura poderá fazer asfalto, benefícios, etc. Sem isso, juridicamente é impossível às vezes a Sabesp, o próprio Resolo ou a própria Prefeitura entrarem.

A primeira inscrita é a Sra. Sueli, da Encosta Norte.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Sueli, esta é uma audiência oficial que será

gravada e é preciso que a senhora fale ao microfone.

A SRA. SUELI – Bom dia. Temos algumas demandas do Jardim Meliunas, Tijuco Preto, Kemel, Texas Romano e a Rua Cavalo de Pau, que fica no Jardim Mabel. Eu moro no Encosta Norte. Estão fazendo algumas coisas via CDHU e o povo que foi jogado há 20 anos estava esquecido. Não está mais, estou lá há sete, sou briguenta, mas sou do bem.

Consegui algumas coisas via Subprefeitura e atormento muito a vida da coitada da Subprefeita que está no cargo há menos de quatro meses. Atormenti a vida dos subprefeitos anteriores e quem vier, vou atormentar mesmo. Quero melhorar. Não gosto do Encosta Norte, mas brigo por ele. Tem uma diferença. Não gosto. Temos bastante coisa, ônibus para todos os lugares, mas alguém lembra que são duas horas para se chegar a São Paulo? Falam que estamos em São Paulo. Onde? Divisa de Poá, Ferraz e Itaquá. Tinha que ter mais gente. Não tem. Tinha que também ter um representante do Estado, porque nossa demanda infelizmente acaba caindo na CDHU. CDHU está fazendo prédios, edifícios, como costumam dizer, só no interior de São Paulo. Na Capital não tem nada.

Sobre o Bolsa Aluguel, as pessoas que foram contempladas saíram. Vão voltar, não vão voltar. Esse é o pessoal da Sehab e a gente queria saber, pois o Jardim Meliunas tem alguns problemas de regularização, Tijuco Preto idem. Temos vários córregos.

As nossas divisas também acabam se esbarrando nos vários córregos, pois eles já estavam lá. Qual o projeto que o Prefeito ou a Secretaria podem apresentar, fora a questão da Ilume? E o recapeamento da Avenida Marechal Tito? Só vai até a Subprefeitura, não vai mais para o fundo? Além disso, dentro dos bairros está um caos: ônibus biarticulado circulando em ruas pequenas. E os carros que estacionam nas calçadas? Isso não é proibido? Não existe placa de sinalização? Só há placas no Centro? E na periferia? Ou será que o pessoal não respeita? Se for isso, é uma questão de educação.

Por último, precisamos saber quando o senhor vai fazer uma visita ao Encosta Norte. Estamos aguardando.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Prometo fazer essa visita até a primeira quinzena de outubro, pois em setembro há muitos projetos para serem votados na Câmara Municipal de São Paulo, e isso me prende muito e tenho dificuldade para sair. Mas podem nos aguardar na primeira ou na segunda semana de outubro. Iremos lá com todo o prazer.

A SRA. SUELI – Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Obrigado, Sueli. Lembro que na Encosta Norte há vários edifícios, assim chamados pela CDHU, que estão para ser regularizados há 20 anos. Fizemos pressão contra a CDHU, que recentemente começou a regularizar. Isso é muito importante, mas a realidade é que muitos prédios da zona Leste...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Exatamente. Todo mundo aqui atua na área de moradia sabe o que significa isso e sabe que este é o porquê de não regularizarem: os prédios têm que ser adaptados antes de serem regularizados, pois não foram feitos para isso ou a legislação mudou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Exatamente. Acessibilidade, por exemplo. Outra situação é que alguns prédios se desgastaram tanto que a Prefeitura, corretamente, exige que sejam reformados para conter o desgaste de, às vezes, 20, 25 anos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Sr. Geraldo!

A SRA. SUELI – O Sr. Geraldo saiu lá do Encosta Norte há dois anos. Faça o favor, Sr. Geraldo. Por gentileza. É melhor que ele mesmo fale.

- Aplausos na plateia.

A SRA. SUELI – Sr. Geraldo, por quantos anos o senhor ficou no prédio onde hoje eu sou síndica?

O SR. GERALDO – Eu morei lá durante 17 anos e saí faz dois anos.

A SRA. SUELI – Ontem a CDHU foi lá para trocar a fiação, mas só vão trocar mesmo na segunda-feira. Quero saber, então, se conseguimos uma reunião, via gabinete, com o Presidente da CDHU para darmos mais uma cutucada de leve neles.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Claro, claro. Eles nos receberam e estão se movimentando. Isso é positivo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Exatamente. Mas, naquela época, no final do ano passado, eles nos disseram que administrativamente a empresa é um pouco complicada, pois às vezes a coisa demora. Mas está devidamente encaminhado. É só acompanharmos para que o trabalho seja feito rapidamente.

Tem a palavra o Sr. Wesley.

O SR. WESLEY ALVES DE LIMA – Boa tarde. Sou morador do Jardim Robru, Distrito de Vila Curuçá e nesta reunião estou representando os moradores da Água Vermelha, favela fundada em 1976 e regularizada no ano de 1980, mas que está esquecida pelo Poder Público desde então.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – São quantas famílias?

O SR. WESLEY ALVES DE LIMA – Cadastradas pelo PMH – Plano Municipal de Habitação, desde o ano de fundação, 1.290 famílias. Mas, após 30 anos, já cresceu e hoje existem os agregados das famílias. O número, então, deve estar triplicado, e todos vivendo em condições de extrema pobreza. Não existe lá nenhum equipamento público nem área de convivência ou centro de capacitação profissional. Sequer praça há na região, que é considerada de altíssima vulnerabilidade.

Por conta disso, estamos promovendo uma mobilização social desde o mês de julho. Já fizemos a primeira reunião do fórum e estamos pedindo a urbanização da Favela Águas Vermelhas a partir de um terreno que está localizado na mesma região. Esta era uma injustiça que vinha sendo cometida: numa área de chácaras, estão sendo construídos edifícios,

que não contemplarão os moradores da favela. Como existe um projeto em andamento para construção de novas unidades, estamos fazendo uma intervenção para que essa construção contemple os moradores da favela, principalmente os que estão vivendo em área de risco. Assim seria iniciado o processo de urbanização da favela.

Esses são os nossos pedidos. Preparei um relatório detalhado para apresentar numa reunião que tive com o Secretário Municipal de Habitação, Sr. José Floriano de Azevedo Marques, que se comprometeu a comparecer na reunião do fórum. Não compareceu e não mandou nenhum assessor para representá-lo nessa reunião. Já o Secretário Municipal de Cultura, Sr. Juca Ferreira, que também se comprometeu com a luta, compareceu e enviou sua equipe técnica, que tem nos auxiliado nessa demanda.

Estamos, então, em busca urbanização da favela e instalação de equipamentos públicos para a região, que tem uma demanda monstruosa em segurança pública, em assistência social e em saúde pública. As crianças de lá crescem sem nenhum incentivo, com uma educação precária, pois, como todos sabem, são 20 anos de aprovação automática. Os exterminadores do futuro criaram monstros, e tem refletido na própria sociedade. É um cenário de guerra que as favelas vivem hoje. A própria sociedade está contra a sociedade, e isso ocorre pela ausência do Poder Público, que é muito covarde.

Por isso, estamos pedindo uma intervenção que realmente promova o lado social, ou seja, que haja uma promoção social na favela.

Essa é a minha fala. Agradeço a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Esse apelo dramático do Wesley é sobre uma realidade que é muito presente aqui na zona Leste.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Perfeitamente. Vamos receber.

Esclareço que a Candelária, assessora do Secretário Floriano, pertence ao Resolo, que é da Secretaria de Habitação. Candelária, que você leve essa preocupação ao Secretário

Floriano, que é uma pessoa muito sensível e que, certamente, não compareceu por algum problema naquele dia. Tenho certeza de que a Candelária levará essa preocupação a S.Exa., mais esse texto, cuja cópia vou deixar com a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal.

Tem a palavra a Candelária, que falará sobre o Jardim Mabel.

A SRA. CANDELÁRIA – Recentemente, há mais ou menos um mês, estivemos na região com a CDHU, que já tem todo o levantamento daquela área que será regularizada. Lá há uma área pública que era considerada favela. Os moradores nos procuraram e pediram uma vistoria. Por intermédio da Habi Leste, fomos até o Jardim Mabel, onde o Sr. Antonio Pires verificou a questão da urbanização, da infraestrutura, com 100% de ligação oficial de água.

Como essa área do Jardim Mabel foi classificada como núcleo, provavelmente para o ano que vem, faremos o levantamento topográfico da área, que será incluída na regularização fundiária e titulação, talvez já para o ano que vem.

Hoje em dia, qual o trabalho que a Secretaria vem fazendo com relação a essa área? Para promover a regularização e a titulação, a área tem que ter característica de núcleo habitacional, pois tem que ter infraestrutura. Quando a gente consegue fazer esse levantamento, identificando que a área realmente possui essa característica, ela imediatamente vira núcleo, e a gente consegue regularizá-la. A área tem que passar por um processo de cadastramento, tem que haver o Levantamento Planialtimétrico Cadastral, que chamamos de Lepac. Só depois de feito todo esse processo administrativo, conseguimos outorgar o título aos moradores.

Nessa questão, o Jardim Mabel – pelo menos em referência ao que é área pública municipal – está bem adiantado.

Há outra coisa que quero colocar. Alguém falou sobre o Plano Municipal de Habitação. (Pausa) Wesley, foi bom você tocar nesse assunto porque o Plano Municipal de Habitação passará por uma revisão. É importante que os Vereadores acompanhem isso. Hoje

temos um Plano Municipal de Habitação, que é o que os técnicos utilizam, porque ele foi montado segundo uma linha de priorização. O que é sujeito a mais risco vem na frente para urbanizar; o que é sujeito a menos risco ou risco nenhum vem na frente para fazer regularização fundiária. Há muitas áreas que estão no Plano Municipal de Habitação hoje que não são Zonas Especiais de Interesse Social. Então, o Plano Diretor do Município vai identificar essas áreas, vai gravar essas áreas como Zonas Especiais de Interesse Social, e isso é muito importante para o Município. Sabemos que esse plano está indo para a Câmara Municipal, e os Vereadores farão audiências públicas a respeito. Pedimos aos moradores acompanhem se a área em que eles estão gravadas como Zonas Especiais de Interesse Social. A área do SOS Moradia, por exemplo, é uma área que tem continuar como ZEIS, tem que ser ZEIS, porque para regularizar é muito melhor, conseguimos parâmetros diferenciados de lote e tudo o mais. O projeto Renova, da Prefeitura, criou os Perímetros de Ação Integrada – PAI. Foi criado o PAI Água Vermelha, pegando não só a área Água Vermelha, mas diversos loteamentos e favelas que há no entorno, processo em que temos tido dificuldade porque há uma interface com o Estado. Há um trabalho que pega a região do Tietê, que vai até Guarulhos. Por se tratar de um mapeamento ambiental do Estado, envolve o Consema. Seria bom o Vereador acompanhar essa questão, pois às vezes o Município não consegue se desvencilhar de algumas questões, esbarrando em questões ambientais postas pelo Estado.

Então, é bom os moradores acompanharem, continuarem a marcar reuniões. O pessoal da Habi Leste está acompanhando a fundo essa questão do Água Vermelha. Os técnicos de lá têm muita informação, vocês podem nos procurar. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Próximo inscrito, Ronnie.

O SR. RONNIE CRISTALDI – Bom dia a todos. Sou Presidente da Associação Casa dos Deficientes de São Miguel Paulista, fundada há 15 anos e situada na Avenida Nordeste, 3.825, onde temos hoje 64 crianças deficientes.

A área cresceu, tanto que foram construídos vários prédios. O Neto inaugurou lá

não sei quantos prédios, e o trânsito da região é muito complicado. No endereço da nossa associação, temos a nossa escola para crianças especiais, várias delas cadeirantes, e não há semáforo no local. Pedimos para a CET, subprefeitura e todos os órgãos competentes, mas nunca conseguimos a instalação do semáforo. Trata-se de uma necessidade real, porque lá existem supermercados, padarias, farmácias – um centro comercial intenso.

Vim hoje somente para pedir agilização disso, porque temos uma real necessidade. O Neto construiu lá muitos prédios, um monte de gente tem que atravessar a rua, e não há semáforo. Então, estamos pedindo o Subprefeito nos ajudar e encampar essa causa. Se está também no projeto, enfatizamos a necessidade de duplicação da Avenida Nordestina. Quem sabe neste ano, com o evento mundial que acontecerá, haverá verba para essa duplicação.

Temos também na Vila Nova Curuçá cinco lombadas boas, só que se esqueceram de colocar lacres e não foi feita aquela faixa amarela em cima, prato cheio para quebrar carros que passam por lá. Já houve queda de motoqueiros na Rua Taperá e na Rua Gaivão por causa disso. Precisamos somente de uma sinalização adequada. Já tenho um ofício pronto junto com um abaixo-assinado, que vou entregar, e o Estênio falará isso. Obrigado pela oportunidade.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Sr. Lauro.

O SR. LAURO – Bom dia a todos e a todas. Minha fala é sobre um conjunto residencial da Vila Valdeci, referente à regularização dos documentos. Há muito tempo temos ido à Sehab, e nos pedem documentos e documentos, nós levamos e nada é resolvido, ficam sempre no “aguarde”. Nos últimos tempos, nos pediram fotos. As fotos já existiam no processo, mas de repente sumiram. Tudo isso atrasa o processo. Nossa área é particular. Cada um pagou seu terreno. Arrumamos até um arquiteto particular para tentar desmembrar os lotes, porque pagamos imposto da área toda. Para receber esse dinheiro das pessoas e pagar esse imposto é a maior dificuldade para nós. Uns têm, outros não têm. Então, eu queria ver se esse processo poderia ser acelerado. O processo está comigo, posso passar a vocês: 2009-

0371395-7. (Manifestações fora do microfone). Fica na Vila Valdeci, Conjunto Residencial Vila Valdeci. (Manifestações fora do microfone). Fica na Rua Manuel Rodrigues Santiago com Itajuíbe, na esquina. Lá está tudo pago, não há problema nenhum. O único problema é que não saiu o documento.

Além disso, há um posto bem na esquina, que fica atrás do açougue. Na portaria do condomínio há um poste sem luz, fazendo com que haja muitos assaltos. Peço que seja colocada iluminação ali, porque todo dia as mulheres voltam para casa sem a bolsa, vão trabalhar e voltam sem o dinheiro da condução. Quem passa no local vê várias bolsas jogadas, porque os bandidos tiram os pertences de valor e jogam fora as bolsas. O local é uma verdadeira escuridão.

Tivemos também um problema com as faixas. Fizeram as faixas, mas puxaram um metro e meio para frente. Está dando o mesmo problema. A faixa de pedestre é a faixa de parada dos ônibus. Os ônibus articulados não conseguem fazer a curva. Aí, está virando a mesma coisa. Puxaram um metro e meio só, e também não adiantou nada. Deem uma olhada nessas faixas para mim.

Também quero agradecer ao Vereador José Américo, que deu essa força para a gente; ao Jaílton; ao Dr. Luiz Roque, que nos ajudou, entrou com essa ajuda aí do processo, dando uma força para nós.

Muito obrigado. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LAURO - Lá também é da Cooperativa SOS Moradia.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) - Lauro, o que ela quer aqui é o seu nome e o seu telefone.

Sr. Lauro, deixe aqui seu telefone e seu contato com a Candelária.

Gostaria agora de chamar o nosso Dionísio, também conhecido como Rito Vileno, compositor, uma celebridade, liderança de Habitação e grande amigo nosso. Por favor,

Dionísio, com a palavra.

O SR. DIONÍSIO - Pessoal, bom dia.

Antes de iniciar, quero dar um conselho para Wesley: "Se você não fez, faça Direito, cara. Você tem um timbre aí que está nessa a estrutura lá do seu ambiente e de toda a zona Leste. Faz, urgente". É um grande defensor lá de sua comunidade. Parabéns.

Em segundo, quero dar os parabéns também aos meus amigos presentes: Stênio, Celso - meu amigão, pai do Cesinha -, Vanderlei, Ronnie (?); não sei se está ainda presente, ao Valença, ao Chiquinho; ao Zé Nogueira - que estava aí; ao Zelão também; ...(ininteligível)... Santos de Lima; à Subprefeita Adriana; à menina da Sabesp; à Berenice também. Eu sou assim, popular com todo mundo, gosto de falar o nome. É por isso que tenho minhas referências. Parabéns aos demais e a todos.

Mas quero dar aqui um Conselho. Se alguém quiser crescer na Habitação, pega a enciclopédia, opa, nosso querido José Américo - que este aqui que é celebridade, viu, gente? Este aqui é a verdadeira celebridade.

Não, não vou falar do Neto. Vou apenas dar um conselho. Se alguém quiser crescer na Habitação, se alguém quiser copiar, se alguém quiser ter referência, pegue a enciclopédia da Habitação, pega o verdadeiro coeficiente, Dalcides Batista Neto, o Netão. Já entregou quase 40 mil moradias. (Palmas) Deu um coeficiente aqui que, se o Prefeito tirar o paletó, arregaçar as mangas - porque é fácil, para arregaçar as mangas tem que tirar o paletó, porque senão fica deselegante -, eu tenho certeza de que ele não vai fazer 55 mil, não, vai fazer bem mais. E a cópia, a referência, o Neto deu aqui. É só copiar que vai longe.

Lembro muito bem, Zé, que o Governo dessa mesma instituição que defendemos, de 89 a 92, com um orçamento de 7 bilhões - escutem, que isso é importante -, com 13% comprometidos, fez oito hospitais, implantou o sistema de municipalização, colocou 2 mil ônibus nas ruas, fez 44 mil casas populares - eu nunca vi isso na história do Município de São Paulo; entregou 35 mil prontas, prontinhas para entrar e morar - e eu sou um dos privilegiados,

tenho de lembrar muito bem disso. E, as 11 mil que sobraram, a meu ver, terminar esses dias. Isso é uma vergonha.

Ou seja, um Prefeito que teve uma casa de marimbondo de caboclo, que se chamava TCM - na época, era uma casa de marimbondo de caboclo -, entregou 36 mil casas populares e deixou 11 em fase de acabamento. E nesses dias, nesses dias, é que terminaram as casas.

Oito hospitais, em toda história, é o que tinha sido feito.

Então, eu acredito no Prefeito, Zé, mas alguém tem de chamá-lo e tem de dizer: "Olha, nós temos técnicos, nós temos referências, nós temos experiência. Vamos trabalhar e vamos cumprir aquilo que foi prometido".

Não tenho dúvida que tem compromisso com a política pública, com a comunidade, com a instituição social. Exatamente, está aí no poder, agora, e tem toda uma oportunidade. Mas quero deixar bem claro para que não se tenha dúvida, que o Orçamento com o qual estamos hoje não é dele. Então, essa cobrança é apenas um alerta. Esse orçamento não é dele. Esse orçamento é da gestão anterior. Tenho certeza, com a aprovação desse Orçamento que vem, um homem que tem tanto compromisso com a instituição social, que é José Américo, que tem ido aí a toda a comunidade, que tem feito um trabalho extraordinário, tenho certeza que implantar também um sistema de mutirão, avançar nisso aí, que é a maneira mais barata, a maneira mais próxima daquele que tem dificuldade, tenho certeza de que isso vai dar certo e vai ter uma continuação de projeto.

Leonardo, celebridade, perdão.

Viu, pessoal? Então, essa é a caminhada, está entendendo, Zé? Eu quero aqui dar parabéns a você, porque, na verdade, estamos no início do ano e você fazendo audiência pública em tudo que é a comunidade, tudo que é instituição, São Paulo inteiro. Estou até desconfiado que temos urgentemente de brigar para que o Zé seja o próximo Prefeito de São Paulo. (Palmas)

Parabéns. É isso aí, pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) - Obrigado, obrigado, Dionísio. Fica pela sua bondade, pela nossa amizade.

O Dionísio é uma figura importante do Movimento de Habitação aqui da zona Leste, uma liderança muito importante e que muito tem contribuído para avançarmos o movimento na nossa região.

O próximo é o Cazuzo.

O SR. CAZUZA - Bom dia a todos. Meu nome é Cazuzo, sou lá da Sociedade Amigos do Parque Veredas. Queria parabenizar o Vereador José Américo pela iniciativa de trazer os movimentos populares aqui e retomarmos essa luta da regularização e urbanização de áreas irregulares. É uma luta antiga, começou na gestão da Marta, e vimos de vários anos nessa luta aí.

Queria ressaltar aqui, Vereador, o Córrego Rola Moça, que já teve intervenção na parte da Subprefeitura do Itaim, mas precisa regularizar aquela área e urbanizar. O problema do Rola Moça - o Jaílton já acompanha ali também e o próprio Vereador já foi lá em épocas passadas, através do Jaílton -, aquela área precisa regularizar. Já há encaminhamento na Secretaria de Habitação, no Ressofo, para regularizar aquela área e, também, aquele Córrego Itaim, que está desmoronando toda aquela rua ali que vai de quem vai para o Nélia, entendeu?

Já há vários anos que está parado aquele processo ali do Córrego Itaim, junto com as moradias. Então, gostaríamos de ver a possibilidade aí de estar encaminhando, juntamente, o Córrego Itaim e o Córrego Rola Moça, para regularização e urbanização - e sem mexer muito lá, porque é possível fazer a regularização sem tirar os moradores daquela área. O Jaílton já acompanha lá há vários anos e sabe bem do processo como que está. Então, queríamos encaminhar para intervenção da Prefeitura para a regularização daquela área lá.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) - Obrigado, Cazuzo. Está registrado, então.

A próxima é a Berenice.

A SRA. BENICE - Bom dia a todos.

Meu nome é Benice, não Berenice, mas, como todo mundo assim me chama, eu atendo, fazer o que, não é? Mas gosto de Berenice também, não tem problema não.

Gente, lógico, a minha pergunta...

Primeiro, vou agradecer à Mesa esse convite pelo Jailton, José Américo, Adriana. Agradecemos à Mesa. Temos aí nosso companheiro Dalcides Neto, há quase 30 anos no Movimento de Moradia.

Sou uma das moradoras mesmo, lá do Jardim Miriam II, temos a Associação Santa Luzia, onde já temos uma luta com os nossos companheiros. E assim, acho que a Candelária vai me responder sobre a regularização do Miriam II e Miriam III, porque o Miriam I, pelo que estou sabendo, eles já podem tirar a escritura deles e nós não fomos nem assinar nossa folha de regularização.

Então precisamos saber disso. Sou uma das moradoras de quando foram construídas as 200 moradias, na gestão da Luiza Erundina, o Walfredo nos ajudou muito ali, mas até hoje não fomos nem assinar a regularização. Isso aconteceu em 1986, em 89 eu mudei para lá, já estamos em 2013 e ainda não temos essa resposta. Precisamos saber urgente o dia que vamos lá para assinar nossa folha. Acho que o Jailton pode complementar como vamos fazer, porque o pessoal está nos cobrando. Temos pressa da regularização.

Há muitas coisas lá, um terreno que é da Prefeitura, precisamos da creche. Estou muito feliz que o nosso amigo José Américo fez uma emenda para o próximo ano, para o Miriam III.

Outro ponto é sobre a iluminação. A Cohab fez uma parte, a Cecília da Cohab nos deu muita força. Faltaram algumas coisas, porque tínhamos complemento de mesas e bancos. As mesas até hoje não temos e bancos só temos quatro e eram vários. Na área verde, que é a parte dos córregos, ainda ficaram umas famílias que teriam de ser removidas. Nossas quadras,

que seriam duas, ninguém sabe onde estão. Estamos aguardando.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Tem a palavra a Sra. Candelária, para dar a resposta específica sobre isso.

A SRA. CANDELÁRIA – O Miriam, na verdade, demorou porque a situação fundiária dele, a base que estava no registro de imóveis cria uma situação muito complexa. Então a postura da Prefeitura naquele momento foi tentar fazer as regularizações por partes. Tanto que houve a regularização do Miriam I e lembro o nome de um morador – não sei se era do Miriam II ou do Miriam III -, o Sr. Florisvaldo, um senhor alto que sempre estava lá na Prefeitura.

Com relação ao Miriam II e III, a regularização está caminhando. Agora, talvez fosse importante vocês pedirem uma reunião com o Secretário para terem uma atualização enquanto entidade, para vocês poderem passar para os moradores. Acho isso importante também, mas a regularização não parou. Ela está caminhando.

Agora, por força dessas leis mais recentes, o Minha Casa Minha Vida que trouxe esse capítulo da regularização, o Vereador apresentou o projeto de lei, para alterarmos a data de regularização dos assentamentos particulares. Temos mais possibilidades de avançar nessas regularizações de forma melhor e mais rápida, para atender às famílias, mas isso está caminhando.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Tem a palavra o Sr. Thomaz, da USP Leste.

O SR. THOMAZ – Boa tarde a todos. Parabenizo toda a Mesa e os participantes. Foram interessantes algumas falas bem colocadas. Tenho sugestões e questionamentos. Tenho algumas dúvidas quanto a algumas entidades e alguns grupos. A Sra. Candelária colocou bem a questão da revisão de todo um planejamento ambiental em cima de instalação de moradias. Planejamento ambiental não envolve somente a Secretaria Municipal do Verde.

Há toda uma infraestrutura ao redor.

Gostaria de saber se, dentro do projeto, envolveu-se a questão da construção e da regulamentação. Gostaria de saber se há uma gestão de políticas públicas, infraestrutura e qualidade de vida para os cidadãos. Temos de pensar nisso. Temos a Defesa Civil, que faz uma cooperação com o município e o Estado. Há outro questionamento, se a Defesa Civil ou um órgão de Administração conseguem suprir a demanda, uma vez que há um estudo atual pelo Conclima, a FAPESP, pela Rede Clima, USP entre outros, referente a mudanças climáticas no geral. Falo também do IMP(?) também. Falo sobre mudanças climáticas globais. Essa é uma questão teórica. Haverá verões mais quentes e conseqüentemente mais chuvosos.

Falaram em córregos. Então, temos de ver essa situação. Se há uma teoria, temos de nos atentar a essa questão. Há muitas pessoas que moram em regiões que beiram córregos. Quanto à questão de regulamentação, falou-se em quatro anos. Agora é aproximadamente três, porque o primeiro ano já está aí. A partir dessa data presente, vemos que há um risco iminente. Será encontrado, por exemplo, o problema de moradias a beira de rios. Cito, por exemplo, Três Pontes, que nasce no Parque das Águas, no Kemel 2.

Quanto à estrutura legal do parque, parabênizo o pessoal do Verde. O local faz divisa com a grande São Paulo e desemboca no Tietê no Romana. Uma colega citou a questão da Renove, que está trabalhando a questão da viabilidade do Rio Tietê.

Estou no Serviço Social totalmente voluntariado, como o Alveredas(?) e outras entidades, trabalhando toda essa questão. Há também outros córregos, como Tijuco. Há o pessoal do Nélia(?) e do Robru. Tem de se trabalhar toda essa questão. Além disso, há um terceiro questionamento. Quando falei em suprir a demanda da Defesa Civil e administrações, colocaram a questão de engenheiros, arquitetos entre outros. Isso não é viabilizado de forma acessível para a população como um todo. Há profissionais para viabilizar e suprir essa demanda, para retificar e laudar áreas de risco. Essa é uma problemática. Caso haja isso, a gestão municipal atual estará preparada para lidar com essa situação? É um questionamento

que envolve todas as questões não só entre estrutura de moradia, sem que vão bater em alguns sistemas do Estado. Falaram do CDHU e da Secretaria do Estado do Verde.

Para falar de moradia, temos de colocar todo um planejamento ambiental ao redor, como escolas, creches, questão da saúde e da qualidade de vida no geral. Gostaria de saber se os senhores estão atentos a isso como um todo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Sr. Thomaz, não vou lhe dar uma resposta completa, mas, de todo modo, há uma preocupação da Administração e da Câmara Municipal, em respeitar as leis ambientais.

O que existe em São Paulo, você tem uma dada situação, uma situação pré-existente que terá de ser resolvida com certo pragmatismo. Talvez não fosse o ideal, por exemplo, em alguns casos, regularizar residências até cinco metros do rio. Em parte da Billings, por exemplo, em área de preservação ambiental, talvez não fosse o caso de regularizar residências, mas há a obrigação de fazer. Mas, é melhor assim do que deixar a situação caótica como está. Melhor regularizar e, assim, pode-se exigir uma contrapartida de quem está morando lá.

Com relação à Defesa Civil e ao controle ambiental e climático por parte da Prefeitura, percebo que há um esforço do Sr. Prefeito em fazer uma mudança grande nessa área. Por enquanto, ela é muito limitada.

É necessário que haja um departamento na Prefeitura – e hoje já existe tecnologia disponível – voltado à previsão de chuvas, de clima, inclusive e até para combater certos preconceitos. Às vezes, determinado ambientalista vai à televisão e exagera: “Está ficando mais quente, está chovendo mais” e, em alguns casos, não é tanto assim. A natureza está sujeita a mudanças e, às vezes, chove mais, chove menos, esquenta mais ou menos. Fatores naturais mesmo.

Lembro de um exemplo bem típico. Vocês sabem qual foi o ano em que mais

choveu em São Paulo? Desde quando há registro? Em 1946 – 1947. Esses dois verões foram os mais quentes e os mais chuvosos da história de São Paulo.

Então vocês vejam que, logo após a Guerra, quando a sociedade agredia muito pouco a natureza, tivemos um verão bem pesado e no qual choveu muito, o qual, até hoje, não foi superado.

Evidentemente, a consequência das chuvas, hoje, é muito maior porque o solo está impermeabilizado, o rio assoreado, enfim, temos problemas criados pelo próprio uso.

Para não me estender muito, quero chamar o Dr. Luiz Roque, nosso assessor. Foi quem me assessorou na elaboração dessas três leis. É advogado e atua na regularização fundiária.

O SR. LUIZ ROQUE – Obrigado, Sr. Presidente José Américo. Já um boa tarde a todos, à Sra. Adriana, Subprefeita, ao Neto, ao Jailton, ao pessoal da comissão, ao Candelário da Sehab e ao representante da Sabesp.

Na verdade, gostaria de destrinchar um pouco a ideia do projeto de lei. O que ocorre? Muitas vezes, não sabemos que faltam instrumentos legais para a Prefeitura atuar.

Por exemplo, em 1988, quando foi promulgada a Constituição, ela recepcionou a Lei do Parcelamento do Solo que, por sua vez, é de 1979. A Constituição acolheu essa lei integralmente.

Acontece na Lei 6766/79 não previa a regularização de loteamentos clandestinos ou irregulares. Naquela lei não havia esse instrumento. Só em 1999 foi permitido aos municípios brasileiros procederem à regularização. Ou seja, se em 1999 não ocorresse a Lei 9785, os municípios não poderiam regularizar, que é a chamada regularização ex-offício, extra-legal.

Continuando. Até 1999, o loteador tinha de apresentar uma planta na Prefeitura, regularizar tudo e, depois, poderia vender o terreno. Mas a realidade não é essa: as pessoas loteiam e vão vendendo. Então, em 1999, ocorreu a Lei 9785 que possibilitou a regularização.

No Município de São Paulo, a lei que trata da regularização vai só até março do ano 2000. Por isso é que a maioria dos loteamentos irregulares não é passível de regularização. Essa lei está vigente até hoje. Na minha opinião, houve falta de ousadia da gestão anterior em adequá-la à lei Minha Casa Minha Vida.

Elaborada em 2009, a Lei Minha Casa Minha Vida já prevê a regularização dessas áreas ocupadas irregularmente, sejam elas públicas ou privadas. Aquilo que o Vereador comentou sobre esse grande debate que ocorreu na cidade de São Paulo é com relação à questão dos 15 metros. O Ministério Público da cidade de São Paulo, que trabalha com a área de meio ambiente, quis nos convencer de que beira do córrego em São Paulo era 30 metros.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Vocês imaginam isso, o Ministério Público. Impressionante.

O SR. LUIZ ROQUE - Tive de explicar ao Promotor de Justiça que os 30 metros é exigido pelo Código Florestal. Agora nem é mais, já mudou. Só para vocês terem uma ideia onde reside a dificuldade em regularizar.

A Prefeitura só tem instrumento até 2008. O Ministério Público entende que é 30 metros do córrego para regularizar. Vocês imaginem a quantidade de regularizações que acontecem por exceção. Existem duas formas de se regularizar corretamente: loteamento correto, tudo dentro da lei ou loteamento irregular ou clandestino que depois, por meio da regularização por exceção – em que o Ministério Público vem fiscalizar -, mediante parecer favorável, senão a Prefeitura não consegue fazer a regularização.

Aquele que fiscaliza loteamento em São Paulo com essa informação, imagine a dificuldade encontrada em se fazer uma regularização extralegal, aquela feita até na beira do córrego. Assim, é permitida por exceção regularizar nos 15 metros, são as chamadas áreas de APP.

Pois bem, a lei Minha Casa, Minha Vida veio dar direção a tudo isso. Respondo até ao rapaz que perguntou sobre questões ambientais. A lei Minha Casa, Minha Vida, de 2009,

permite a regularização, inclusive até em Área de Preservação Permanente, mas para que isso ocorra, o Município tem de fazer um convênio com a lei federal, o Município tem de ofertar projeto que permita a regularização com as pessoas morando ali.

O relatório do IPT classifica as áreas de risco de 1 a 4, inclusive com relação ao risco 4 – que é o de maior risco -, ele diz: faça esse projeto, minimize o risco e tente remover o mínimo possível de família. Só que essa informação nunca foi passada para as comunidades. Íamos muito para as comunidades e sempre falei que a maior arma e a conquista da casa começam pelo conhecimento de seus direitos. Esse é o primeiro momento, por quê? Porque enfrentamos a Prefeitura e não a deixamos tirar os moradores que estão em área de risco. A lei permite fazer essa regularização.

Hoje já existe instrumento legal, federal que o Município pode usar, mas quando se pretende regularizar, a Prefeitura questiona se é antes ou depois de 2008. Se for depois, não dá para regularizar. Por isso, nós, por meio do projeto 445, trouxemos a lei municipal, adequando à lei Minha Casa, Minha Vida, na parte de regularização, até 31 de dezembro de 2007. Ou seja, aqueles loteamentos irregulares ou clandestinos, serão passíveis de regularização a partir da aprovação do projeto 445, de autoria do José Américo.

Os técnicos da Sehab sabem muito bem disso que existem os loteamentos regulares, irregulares e clandestinos. Uma pessoa comentou aqui que esteve num loteamento que começou regular, mas virou irregular, porque não deixou as áreas institucionais e tudo mais. O clandestino é aquele que nunca existiu. São dois casos diferentes.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIZ ROQUE – Perfeito. Às vezes, o loteamento começa regular, mas se torna irregular com o tempo, não respeita as áreas institucionais e tudo mais. Essas diferenças são coisas jurídicas e técnicas, complicadas de explicar, mas faço questão de explicá-las na comunidade para o pessoal entender.

A lei Minha Casa, Minha Vida veio também fortalecer – e o projeto do Vereador

trabalha nessa ideia – a regularização em áreas públicas. Pessoal, disseminou-se uma ideia de que não é possível morar em área pública. É sim. A lei garante morar em área pública, que é passível de morar, por meio da concessão real de uso.

O projeto que fala da remoção das famílias, justamente, vem nesse sentido e resolve questões ambientais. A Prefeitura elabora um projeto, apresenta, faz o convênio, regulariza o quanto for possível naquela área, não tira ninguém. Só vai sair realmente quem precisar sair. A lei é boa nesse sentido porque diz que as pessoas serão realocadas o mais próximo possível daquele local. Para quê? Para não quebrar a sociabilidade, vínculos e a história das famílias. Quem inventou a Minha Casa Minha Vida realmente teve um coração grande porque não quer romper vínculos. Algumas famílias precisam sair, mas que a comunidade seja atendida no entorno.

Vereador, tenho uma sugestão para fazer um convênio com o Ministério da Justiça e trazer advogados especialistas, arquitetos e engenheiros para a gente tentar resolver via Subprefeitura.

Aproveitando a presença da Sehab, sugiro que a Sehab, a Secretaria de Negócios Jurídicos e a Secretaria Municipal de Subprefeitura deem uma diretriz, pois a Prefeitura sabe todas as áreas passíveis de regularização em São Paulo. Qual a dificuldade quando entramos em contato com as concessionárias – Sabesp e Eletropaulo? As concessionárias ficam na dependência de autorização da Subprefeitura para poder entrar. A partir dos dados que a Prefeitura tem, a sugestão que a Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Subprefeitura e a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos façam uma diretriz que oriente o Subprefeito dizendo: Na sua Subprefeitura, onde tem áreas passíveis de regularização, não crie entrave para a concessionária entrar.

Isso facilitará muito. Muitas pessoas que estão com ligação clandestina terão luz, gente que pega água de mangueira da Sabesp, clandestina, vai ter a ligação. Isso facilitará.

Para finalizar, o decreto do Prefeito Fernando Haddad que transferiu para a

Subprefeitura a aprovação de planta até 1.500 metros quadrados de obras. Como sugestão, as áreas públicas já passam para as Subprefeituras começarem a organizar. Nas particulares, se pode aprovar uma planta de até 1.500 metros quadrados para construir, por que não regularizar para até 3.000 metros quadrados? Passem essa competência para a Subprefeitura. A Subprefeitura conhece isso, mas precisa de técnicos para ajudar.

Ao passar para a Subprefeitura a questão da regularização de áreas menores, desafoga a Secretaria e facilita o contato da população com a Subprefeitura.

Parabenizo o nobre Vereador pela ousadia e tem de ter ousadia. Onde tem um loteamento passível de regularização tem de ajudar a Sabesp e a Eletropaulo a entrar porque no fim do cabo lei é lei, lei é fria, mas o que tem lá são crianças, são seres humanos que precisam de assistência.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Tem a palavra a Sra. Sônia Cipriano.

A SRA. SÔNIA CIPRIANO – Ótimo dia a todos.

Eu estou muito contente porque a Candelária falou sobre a área que estamos na luta. A Adriana foi até lá conosco e nos ajudou bastante.

Estou louca para voltar e contar ao Sr. João sobre a questão da nossa área. São 300 famílias que terão suas casas regularizadas. Eles estão no Jardim Mabel já há 20 anos e está totalmente propício para a regularização. Procuramos a ABE, todos nos ajudaram. A Adriana foi muito gentil e nos acompanhou também na luta. Aconteceu, então, isso nos fortalece para dizer que vamos continuar na luta. Como aconteceu para nós, pode acontecer para todos. Não desistam, não desanimem e vamos enfrente.

Estou muito feliz hoje. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Obrigado. Peço uma salva de palmas para Lilian, da Sabesp, que está indo a outro compromisso. Agradeço a presença e a colaboração que tem tido com todos nós. (Palmas)

Tem a palavra a Sra. Cleuza.

A SRA. CLEUZA – Boa tarde a todos. Pelos relatos que ouvi, o condomínio onde moro não é dos piores em relação a problemas. Ele é irregular, já entramos com processo contra o proprietário porque, na realidade, quando foi implantado o condomínio, o projeto previa a construção de vila. Só que, pela ambição do proprietário, ele começou a vender terras. O que aconteceu? A Prefeitura embargou. Tudo bem, a gente está no Resolo, aqui também a gente tem alguma coisa. Em relação a isso, nem nos preocupamos mais, pois quem tem de estar atrás das multas e pagar é o proprietário da área.

Estou aqui para falar especificamente da nossa iluminação, que está precária. São 18 luminárias que, nós, os próprios moradores, compramos. Mas, com o passar do tempo, está havendo muitos problemas, porque fizemos a ligação, só que a Eletropaulo não vem fazer a manutenção. Inclusive até eu, como sou a líder de lá, já subi em poste para fazer troca de lâmpada. Eu me preocupo com a segurança, pois se alguém levar uma queda ou um choque, a responsabilidade recairá sobre a liderança, que sou eu.

São 65 casas e eu procuro fazer o melhor. Já consegui fazer lá muitas coisas: *playground* para as crianças, aquisição de material para fazer uma quadra. Mas minha preocupação maior neste momento seria com a llume. Precisamos urgentemente que seja trocada aquela iluminação, porque as lâmpadas já nem são mais fabricadas. Mas, como é uma área particular, não sei por que – já que pagamos a taxa de iluminação -, eles dizem que não podem fazer essa manutenção.

Sugiro que façamos uma doação à Eletropaulo para eles poderem fazer a troca das luminárias. Aí todo mundo ia ter mais segurança.

Mas, em relação ao condomínio, depois resolveremos como pudermos. Com relação a muitos relatos que ouvi aqui, a gente até está indo bem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Obrigado, Cleuza. O próximo é o Celso

Souza.

O SR. CELSO SOUZA – Cumprimento toda a Mesa, a nossa Subprefeita, o Neto, Jailton, Lauro, Vanderlei, Estênio, Ronei e Leonardo.

Tenho uma pergunta para o Presidente da Câmara e outra para a nossa Subprefeita. Aproveitando um gancho aqui do meu amigo Neto, que tem muito conhecimento em habitação, eu gostaria de dizer que, para fazer pão, precisa de fermento. E a Prefeitura, para fazer as coisas, precisa de dinheiro.

Nós, da zona Leste, temos muita dificuldade em tirar o habite-se das construções, porque a burocracia é muito grande, a despesa é muito cara e por aí as pessoas ficam sem regularizar o imóvel.

Sr. Vereador, já que o senhor já fez tantos projetos de lei, será que não há possibilidade de fazer um projeto de lei que facilite a regularização de nosso imóvel e pagar um imposto mais justo? A Prefeitura ia arrecadar muito dinheiro, porque tem muito imóvel irregular. Eu mesmo estou irregular com o imposto, porque não tenho condições de pagar o habite-se, que é muito difícil, muito caro.

Vou chamá-la de você, Subprefeita, porque você é muito jovem – parabéns por ser jovem e ocupar um cargo de tamanha responsabilidade: será que a Subprefeitura poderia ajudar os engenheiros e técnicos para facilitar a nossa vida? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Celso, responderei à sua pergunta no final, mas temos dois projetos aprovados, um no ano passado e outro agora, que dá conta do que você está perguntando.

Com a palavra o Guedes, do Fórum Comunitário do Distrito Jardim Helena, de São Miguel.

O SR. GUEDES – Bom dia. Estou representando o Secretário Simão Pedro e o Alberto Serra, Diretor da Ilume. Parabenizo a Mesa por promover este evento em pleno sábado. Cumprimento o Welington, da Ilume, que atua muito na área do Itaim, de São Miguel e

da cidade de São Paulo inteira. São Paulo é dividida em seis áreas, que abrangem as 31 Subprefeituras.

Sobre a Praça Mãe Preta, nós vamos começar nesta semana, a depender da Subprefeitura, que deve fazer a limpeza de onde haverá um projeto fora a parte da praça, o ecoponto. Eu gostaria que vocês fizessem isso aí.

Quero fazer um convite. Segunda-feira, dia 23, às 18h, haverá uma inauguração debaixo do Viaduto da China, na Estrela da Noite e na Prof. Olímpio de Barros. Estaremos nesse local, com o Secretário Simão Pedro, inaugurando o viaduto e deixaremos a Prof. Olímpio de Barros toda iluminada debaixo do viaduto. Na parte de cá do viaduto, perto do SAMU, vamos ter um projeto também.

Estamos fazendo muitas coisas. Estamos trocando as lâmpadas de mercúrio para sódio, os braços pequenos pelos longos. Mas nossa prioridade é posto de saúde, hospital, delegacia, as vielas, as praças. Qualquer demanda que vocês tiverem, podem deixar com a Subprefeita, a Adriana, podem entregar a mim, ou ao Welington, que tomaremos as providências.

Sobre manutenção, só acontece com lâmpada apagada, num prazo de 72 horas, ou menos, se o técnico estiver próximo.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Pessoal, é importante esclarecer que o Secretário Simão Pedro está fazendo um esforço descomunal para regularizar a iluminação de nossa cidade. O problema é que ele pegou uma situação de abandono. Antes de 2012, os caras prometiam, mas não havia contrato, não havia nada. Agora, há contrato, e a Secretaria está trabalhando com muita atividade e dinamismo. Só o fato de a Ilume estar presente, já demonstra muita diferença.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Você pode ficar tranquila, que agora vai

sair. Você vai ver.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – O Neto está lembrando da Dra. Célia, lá na Pires do Rio, do centro de saúde.

Tem a palavra o Guedes.

O SR. GUEDES – Sobre a Praça Mãe Preta, no seu entorno, as ruas que tiverem de ser remodeladas o serão.

Os convites para a inauguração do viaduto estão em cima da mesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Obrigado, Guedes.

Tem a palavra a Neuza. Depois, falará o Estênio, aí acabou.

A SRA. NEUZA – Boa tarde.

Minha reivindicação é a seguinte: moro há mais de 17 anos na mesma rua, na Vila Curuçá. Na Avenida Nordestina, na altura do número 4.000, tem um supermercado que inaugurou há uns 2 ou 3 anos que não tem farol, só tem uma lombada. Está faltando urgentemente um semáforo ali, pois já foram atropeladas várias pessoas. Lá a gente tem de ficar pedindo para atravessar com a mão para ir para o outro lado, e é mão dupla, o que é pior ainda. Outro dia, vi um motoqueiro atropelando uma pessoa, porque motoqueiro corre muito, eles não têm responsabilidade, nem consciência. Já foi a CET lá, o supermercado já chamou várias instituições, que não resolveram. E está muito perigoso. Há uma padaria ao lado e uma farmácia em frente. A pessoa que precisa atravessar para ir ao supermercado tem de correr. Nessa rua onde moro, que é a Jequirana de Goiás, na Vila Curuçá, nesse mesmo bairro, que é uma travessa dessa Avenida Nordestina, também há um problema: a única rua que não tem lombada é a minha e ela é grande, a Jequirana de Goiás não é pequena, mesmo que fosse, já foi atropelado um cachorro, morreu na hora, não socorreram. O meu vizinho colocou dois pinos na perna porque a moto atropelou e não socorreram também, quem socorreu foi só o Depevat.

Porque não tem lombada, não tem nem faixa de pedestres, aliás, eles não respeitam faixas de pedestres. A lombada seria necessária nesta rua. Eu moro no nº 111 e é a única rua que não tem, e temos creches, as mães vêm com as crianças e essa rua e não tem. Em nome da comunidade essas duas reivindicações.

Sou uma das moradoras mais antigas que resolve todos os problemas da rua, pois ninguém está nem aí, ficam lá comendo churrasco, ou tem vergonha de vir. Somos todos iguais, vamos morrer e vamos para o mesmo lugar. Não podemos ter vergonha de reivindicar os nossos direitos e a CET não resolve, falaram que não precisa. Como que não precisa? Várias pessoas já morreram atropeladas. Todo o supermercado tem semáforo e o nosso não tem. Precisamos de uma lombada, pelo menos, e uma faixa de pedestres. Não respeitam ninguém.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Obrigado, Neusa. São coisas pequenas, mas que a falta de sensibilidade de um órgão como CET. Eu já briguei tanto com a CET, que só existe organizado, na região central, nos bairros, só para dar multas e dificultar a instalação de semáforos. Eu já fiz emenda parlamentar, coloquei dinheiro à disposição e, assim mesmo, eles dificultaram para fazer.

Mas, agora, eu falei com o Secretário Gilmar Tatto, que disse estar promovendo uma mudança da CET para mudar a mentalidade ali dentro.

Tem a palavra a Sra. Marlene.

A SRA. MARLENE – Moro na Rua Antonio João de Medeiros perto da escola Lívio Xavier e Padre Nildo. Na Rua Tibúrcio de Souza não temos farol para as crianças atravessarem. Todos os dias tem um acidente. Já mandei carta para CET e me mandaram um comunicado que iam colocar o semáforo. Só que a carta ficou na minha gaveta e até agora nenhuma atitude foi tomada. Tem faixa, mas a gente morre na faixa se atravessar. Não tem nada, eles não respeitam ninguém. Todo dia tem um acidente diferente. Não sabemos para

quem recorrer. Gostaria que vocês tomassem uma providência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Tem a palavra o Sr. Estênio.

O SR. ESTÊNIO – Boa tarde. Minha reivindicação é antiga, posso comprovar pela cor do papel, amarela. No governo da Marta a gente reivindicou, governo do Serra, Kassab e temos vários SAC a respeito, e mesmo quando a Prefeitura está com algum programa tipo, calçada e a gente tenta colocar esse terreno, que moro em frente é da Prefeitura e não tem calçada nunca nos atendem. O terreno é muito grande, tanto é que, moro lá há 30 anos, e nesse período, um terço desse terreno na gestão do Jânio Quadros ele fez uma escola e Orestes Quércia fez outra escola Estadual. Temos dois terços desse terreno vago. Na calada da noite a uns quatro, cinco anos, foram lá descarregaram vigas de concreto, deve ter vindo lá Jacu Pêssego, está lá, antes dessas vigas aquele terreno até servia para o parque, houve rodeios, até comícios de Paulo Maluf e do Pitta, aconteceram nesse terreno e depois dessas vigas nunca mais usaram o terreno para nada. Gostaríamos que, no mínimo, fizesse uma calçada em volta do terreno, uma academia ao ar livre na área menos aproveitável e na outra área aproveitável, fizesse - estão pedindo o terreno para creche – uma creche, ou até mesmo um hospital porque ali não tem hospital na região. O terreno tem uma excelente topografia. É perto de banco como Bradesco, Itaú, perto de supermercado, é próximo da Av. Nordestina, que estamos sendo surpreendidos pela Av. Nordestina, com uma faixa de corredor para ônibus sem que a Avenida tenha meio fio, não tem esgoto, não tem calçada e acredito ser uma tremenda cara de pau falar que ali é corredor de ônibus. Se não tem o mínimo necessário como leito carroçável. Foi ridículo ver aquelas placas escritas dizendo que era corredor de ônibus. Se não tem nem para onde a água escoar. A reivindicação é para que a Prefeitura do Município de São Paulo ocupe esse terreno público, faça alguma coisa e que faça a mínima necessidade para que a Av. Nordestina tenha um leito carroçável aceitável. Não pintar de branco e falar que aquilo lá é corredor de ônibus. São essas duas reivindicações: intervenção na Av. Nordestina,

que a Prefeitura utilize o terreno que é dela. Ela não utilizando, além das reivindicações o que estamos tendo lá? Temos BOs, porque ficou um negócio largado, tem ocorrência de assaltos, as vigas serve para esconder marginais e o local fica mal frequentado.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Estênio está registrado aqui para a Subprefeita e também eu levarei essa questão ao conhecimento do Sr. Secretário que cuida dessa questão.

Essa é uma audiência pública oficial. Toda ela foi gravada e contamos com a presença da Prefeitura, isso faz uma diferença enorme. A nossa subprefeita está aqui desde o começo da audiência. O pessoal da Sehab está aqui desde o começo da audiência. Na outra gestão eles nem apareciam. Fiz várias audiências públicas e não tínhamos o Poder Público presente. Aqui temos o Resolo e Secretaria de Habitação e subprefeituras. Essa é uma diferença imensa. Uma parte grande das reivindicações que vocês levantaram, não é preciso que eu vá atrás do subprefeito ou da Habitação, já recolheram aqui. Vocês fizeram a interface. O Guedes e o Welington estão presentes representando a Ilume, que é exatamente a iluminação pública.

Então acho que isso faz uma grande diferença para a audiência pública. Agradeço de coração a presença do pessoal da Sehab, Ilume e a Subprefeita, supersimpática, dedicada, anotou tudo. Agradeço também a presença do Neto, talvez a principal liderança de habitação da zona Leste de São Paulo, o mais antigo, com uma tradição muito grande; o Jailton, liderança importante na área de habitação e educação popular; a Sueli, do SOS Moradia; Dr. Luiz Roque, nosso advogado e o Lauro.

Com relação à pergunta sobre legislação, aprovamos no ano passado uma lei chamada alvará condicionado, inclusive, de minha iniciativa, que ajudou e ajuda a resolver muita coisa. E agora o Prefeito sancionou outra lei da Câmara que estende até 1.500 metros a regularização condicionada.

O Plano de Massas desburocratiza a regularização. O Governo passado sancionou

essa lei do alvará condicionado. O problema é que o Ministério Público suspendeu e conseguimos derrotar o Ministério Público no final do ano passado, então a lei voltou.

Vou passar para o Dr. Luiz Roque, como isso é importante, para que dê uma explicação final.

O SR. LUIZ ROQUE – Presidente, a questão, embora não seja objeto desta audiência, mas é muito relevante a questão da regularização das edificações, a pessoa dá entrada e a pergunta é por que demora tanto.

Dois coisas importantes, a questão do alvará condicionado que facilita, desde que o local seja compatível com a lei do zoneamento, a emissão do alvará por dois anos e renovar por mais dois para um pequeno comércio. Ou seja, a atividade é desvinculada do uso, se o uso não está conforme, mas o zoneamento permite a subprefeitura pode dar o alvará condicionado, super desburocratizado, precisa apenas trazer a documentação e ter a assinatura do engenheiro ou arquiteto.

A atividade fica, por um período, digamos assim, deslocada do edifício. O edifício não está conforme para o uso, mas o zoneamento permite a atividade, dá-se o alvará condicionado por dois anos, renovado por mais dois, até quatro anos para que se regularize a edificação. Isso ocorre muito com aquela pessoa que se aposenta, pega a garagem e faz um mercadinho. Claro que a casa é familiar. Para que a casa possa ter um comércio regular, tem que ser um uso misto. Ela teria que entrar como (Ininteligível) na Subprefeitura, mas a maioria não faz isso. Então essa lei veio para corrigir isso.

Com relação à edificação antiga, aí, sim, é um pouco mais complexo. Quem deu entrada até 2003, na lei da anistia, da época da Marta, na regularização dessa edificação, vai ser regularizado. Só que tinha que ter dado entrada até 2003 na questão das edificações antigas.

As edificações novas, para regularização, você dá entrada na subprefeitura para fazer a regularização – até 1.500 m², independentemente da atividade da construção. E isso

facilitou muito, porque não precisa dar aquela viagem na SEHAB duzentas vezes. Agora é possível na subprefeitura, o que é bem mais fácil.

Como sugestão para facilitar e desburocratizar... O Vereador José Américo não foi nosso administrador na Vila Mariana? Ele fez um manualzinho, uma coisa bem simples, para evitar o chamado “comunique-se” – dá comunique-se, volta; dá comunique-se, volta; vai, vai, vai, até a hora em que a pessoa não tem mais paciência para tanto comunique-se.

O que fizemos lá deu muito certo: criamos um manual de orientação, dizendo quais documentos devem ser levados. Primeiro, verifica-se se o aumento (?) é permitido, e, em 45 dias, você está com a sua planta aprovada, o seu alvará condicionado na mão. Então dá para fazer isso, dar essa orientação. Isso porque, às vezes, por exemplo, eu alugo do subprefeito um imóvel. Quando eu vou tirar o alvará daquele imóvel, eu preciso da anuência da proprietária, senão eu não consigo. Aí eu dou entrada, passa dois, três anos, a pessoa dá um comunique-se. Cadê a autorização do proprietário? Mas levou três anos já. Então se fizermos um roteirinho bem básico, bem simples, facilitar muito, evitar o comunique-se e o alvará saí rápido, assim como a aprovação de planta, no caso de obras novas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIZ ROQUE – Perfeito. Com relação à área, é aquilo que falamos aqui: dependendo do tipo de loteamento, se é área pública ou particular, está na SEHAB. E daí foi a proposta que eu fiz aqui: já que a subprefeitura pode aprovar uma planta até 1.500 m² para construir, seria importante que a Secretaria Municipal das Subprefeituras desse uma diretriz, em conjunto com o SEHAB e a Secretaria de Negócios Jurídicos, para que aquelas áreas – por exemplo, de até 3 mil m² – fosse passível de regularizar na Subprefeitura. Mas isso é uma coisa que a Secretaria, em conjunto, tem que fazer, tirar uma diretriz para facilitar. E isso vai facilitar, inclusive, a entrada de concessionária nas áreas passíveis de regularização.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Tem a palavra a Sra. Candelária, para que complemente o que foi dito pelo Sr. Luiz Roque.

A SRA. CANDELÁRIA – Com relação à questão do habite-se, um dos problemas que nós temos é com referência ao Código de Obras.

O exemplo de uma casa, por exemplo, que é supercomum: nós regularizamos o loteamento do solo. Nós criamos o lote, que é passível de ter lançamento de IPTU, bonitinho. O problema é que as pessoas não conseguem, depois, fazer a regularização da sua moradia, obter o habite-se, porque a maioria das casas são autoconstrução. Então precisa ter uma planta assinada pelo engenheiro, respeitar altura, etc. e tal, seguindo o Código de Obras, que, aliás, terá uma revisão, e é importante que as pessoas estejam atentas para isso, porque existe a previsão de revisão.

Nós, da SEHAB, fizemos um estudo um tempo atrás com relação a isso especificamente em relação à área pública municipal ocupada que nós regularizamos. Então a gente denominou de Código de Posturas. Mas é uma orientação da SEHAB para regularização das áreas públicas. Então a gente orienta que o morador não construa acima de determinado pavimento, a gente orienta que o morador respeite determinado recuo, não tampe janela do seu vizinho. Só que isso não está regulamentado. Não é uma lei ainda, é uma orientação.

Então é importantíssimo que, na próxima revisão do Código de Obras, essa situação real da Cidade seja colocada, porque os moradores cobram muito a anistia e a questão do Habite-se. De fato, é feita a regularização fundiária, se define o lote, tem o IPTU lançado no lote, só que não tem o Habite-se da construção. Isso é complicado, tanto para o Poder Público, quanto para o morador que quer ver sua casa regularizada.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CANDELÁRIA MARIA REYES GARCIA – Exatamente. É uma batalha que também temos que travar junto com o Poder Público para conseguirmos congregar o que os moradores querem com as possibilidades que o Poder Público tem para fiscalizar e para pôr tudo de forma legal.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Concluindo nossa audiência pública, em

relação ao Código de Obras, que a Sra. Candelária se referiu, deve ser encaminhado um projeto de revisão do mesmo até a metade do ano que vem. Até agosto do ano que vem imagino que já estaremos discutindo para que se aprove um novo Código de Obras de São Paulo.

O Plano Diretor Estratégico será encaminhado, revisado pela Prefeitura na próxima terça-feira. O Sr. Prefeito irá à Câmara Municipal levar o Plano e até o final do ano estará votado. No final do ano de 2013 e no começo do ano de 2014, a lei de zoneamento será encaminhada à Câmara Municipal, que fará a votação também e no final do primeiro semestre ficará pronto o novo Código de Obras e Edificações de São Paulo.

Haverá uma revisão completa no sentido de facilitar situações como essas apontadas pelos CEUs. De qualquer modo, a Câmara poderá aprovar alguns projetos que antecipem essa questão.

Quanto a essa lei que o Sr. Luiz Roque levantou, de autorizar até dois ou três mil metros, que a subprefeitura adapte a lei dos 1.500 metros e de repente a aprove. Podemos tratar essa questão no Código de Obras ou podemos antecipar já. Resolveria casos como o dos CEUs.

Celso, peço um pouco de paciência, as pessoas estão angustiadas para irem embora e preciso concluir sem perder as decisões. Depois, você poderá falar com a Candelária e com o Luiz Roque bilateralmente.

Há também a ideia do Neto, que depois levaremos ao Secretário Floriano, que é a de a Prefeitura comparecer com recurso em torno de 20 mil reais para compensar o valor do terreno em São Paulo, que é muito alto no caso do Projeto Casa Paulista. É um projeto financiado e feito pelo CDHU, do Governo do Estado. Essa é uma reivindicação antiga do movimento de habitação em São Paulo e é fundamental.

Quer dizer, se há um correspondente ao recurso para o terreno, está resolvido o problema habitacional em São Paulo. Os projetos existem, no CDHU, no Minha Casa Minha

Vida, que depende do que o Neto falou. Se resolver o problema de terreno, está ótimo.

Acontece que às vezes os projetos não ficam de pé - um termo que o empresariado usa – porque os terrenos são muito caros e o recurso vindo do CDHU ou da Minha Casa Minha Vida não consegue bancar o projeto.

Fica, então, o registro para encaminharmos a proposta do Neto ao Secretário Floriano. Essa proposta é muito interessante. Agora que começaremos a discutir o Orçamento de 2014 é um bom momento para fazer um aporte de recursos e potencializarmos, tanto o Programa Casa Paulista, quanto o Minha Casa Minha Vida.

Agradeço, em nome da Câmara Municipal de São Paulo, em particular as pessoas da Sehab; nossa subprefeita, que permaneceu até agora conosco; ao Neto; à Sueli; ao Jailton; aos funcionários da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, que vieram acolher os depoimentos e as contribuições desta audiência pública. Agradeço a todos vocês.

Muito obrigado e que Deus ilumine a todos.

Estão encerrados os trabalhos.